



PODER

Marques quer decidir no plenário suspensão do X

Ao considerar que o tema é "sensível", ministro determina que CGU e AGU se manifestem, pois é o relator de ações do Novo e da OAB

» RENATO SOUZA
» FÁBIO GRECCHI

O ministro Kássio Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal, determinou ontem à Procuradoria-Geral da República e à Advocacia-Geral da União que em cinco dias se manifestem sobre duas ações apresentadas à Corte — uma pede o desbloqueio do X (antigo Twitter) no Brasil e outra solicita a suspensão da multa de R\$ 50 mil a quem acessar a rede social. Ele é relator das representações impetradas pelo partido Novo e pela Ordem dos Advogados do Brasil. Segundo o magistrado, o tema "é sensível" e, na mensagem à PGR e à AGU, ele indica que o plenário do STF deve decidir sobre o tema.

Na segunda-feira passada, a Primeira Turma do STF referendou, por unanimidade, a decisão de Moraes sobre a suspensão do X no Brasil. Nunes Marques, porém, não deu prazo para que o assunto seja levado ao plenário e pode tomar uma decisão monocrática assim que a PGR e a AGU se manifestarem sobre o bloqueio do acesso à rede social pertencente ao bilionário Elon Musk. Porém, nos bastidores do Supremo, o comentário é que mesmo que o assunto seja submetido ao conjunto dos ministros, a decisão de Moraes não deve ser revertida.

"A controvérsia constitucional veiculada nesta arguição é sensível e dotada de especial repercussão para a ordem pública e social, de modo que reputo pertinente submetê-la à apreciação e ao pronunciamento do plenário do Supremo Tribunal Federal", observa o ministro, em um dos trechos da determinação à Procuradoria da República e à Advocacia da União.

Na ação, o Novo argumenta que a decisão do ministro

Alexandre de Moraes viola princípios da Constituição, como a liberdade de expressão, e por isso deve ser derrubada. Observa, ainda, que o bloqueio impacta as eleições municipais "produzindo uma censura no debate público", e que a determinação "beneficia" o magistrado "ao atenuar narrativas de grupos políticos e ideológicos contrários" a ele.

No caso da representação da OAB, pede que seja suspensa a aplicação de multa de R\$ 50 mil para pessoas físicas e jurídicas que acessarem o X enquanto houver o bloqueio.

O ministro frisou a importância de ouvir as duas instituições antes de decidir sobre as ações. "Tendo em vista a natureza da pretensão articulada e a envergadura dos preceitos fundamentais apontados como parâmetro de controle, compete a esta Corte atuar com prudência, a partir das manifestações das autoridades previstas na legislação que rege o processo constitucional", salientou.

Ataque de Milei

O presidente da Argentina, Javier Milei, chamou, ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de "tirano", por endossar o bloqueio à plataforma X no Brasil. A provocação foi feita em um discurso no Fórum de Madri — que reúne forças de extrema direita —, que se realiza em Buenos Aires. Fontes do governo brasileiro consideraram "inaceitável" o novo ataque.

Segundo Milei, a Justiça brasileira está ligada ao PT e a suspensão do X é uma censura apoiada por Lula. "Vamos olhar para o Brasil, onde a Justiça ligada ao poder petista agora mesmo está proibindo o X, que não é outra coisa senão a arena pública onde muitos cidadãos brasileiros e mundiais podem expressar sua voz e expressar sua dissidência. Ou seja, eles querem proibir

Andressa Anholeta/SCO/STF



Tendo em vista a natureza da pretensão articulada e a envergadura dos preceitos fundamentais apontados como parâmetro de controle, compete a esta Corte atuar com prudência, a partir das manifestações das autoridades previstas na legislação que rege o processo constitucional"

Trecho da determinação de Nunes Marques à PGR e à AGU para que se manifestem sobre o bloqueio do X

o espaço onde cidadãos trocam livremente suas ideias. Quem, além de um tirano, que está errado sobre tudo, poderia endossar tal ato de opressão?", provocou, mas sem citar Lula.

O Palácio do Planalto e o

Ministério das Relações Exteriores avaliam alguma reação ao ataque. Uma das hipóteses é o congelamento de reuniões de cúpula entre os dois países — está programada a ida da secretária-geral do MRE, Maria Laura Rocha, para

um encontro bilateral no Ministério da Defesa argentino. Além disso, o ministro Celso Sabino (Turismo) tem ida marcada à capital argentina, pois o Brasil é o homenageado em uma feira do setor.

Outra possibilidade é a convocação do embaixador em Buenos Aires, Julio Bitelli, para maiores esclarecimentos. Também pode ficar em suspenso o recebimento das credenciais do embaixador argentino no Brasil, Daniel Raimondi.

Milei tenta se apresentar como alguém próximo de Musk. Em 6 de maio, se encontrou com o bilionário pela segunda vez e teria tratado da possibilidade de a Tesla — que também pertence ao empresário — investir na Argentina. O presidente também o convidou a ir ao país neste segundo semestre.

Bloqueio é cumprido

A empresa Starlink, que fornece serviço de internet via satélite, informou, ontem, à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) que bloqueou o acesso ao X para os seus clientes no Brasil. A empresa cumpriu determinação de Moraes, que determinou a todas as operadoras que atuam no país impedirem o acesso à rede social.

Ao STF, a Anatel informou que o cumprimento da determinação foi efetivada no começo da noite de quarta-feira. "A partir das 18h06 de quarta, a Starlink bloqueou seus 224.458 acessos no país todo, que correspondem somente a 0,5% do total de acessos SCM — Serviço de comunicação de multimídia (via computador)", salienta o comunicado ao STF.

A Starlink integra o grupo de empresas de Elon Musk, dono do X — retirado do ar no Brasil depois de descumprir decisões do Supremo, como ordens para remover perfis de contas acusadas de espalhar desinformação sobre o sistema eleitoral, promover ataques às instituições e crimes de ódio. Além disso, a rede social ignorou a determinação de Moraes para que apresentasse um representante legal no país.

Inicialmente, a Starlink afirmou que bloquearia o acesso ao X até que tivesse suas contas bancárias desbloqueadas — que sofreram restrições a fim de resarcir as multas pelos descumprimentos de ordens judiciais. A empresa, porém, voltou atrás diante do risco de ser impedida de atuar no Brasil, o que afetaria mais de 220 mil clientes. (RS)

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

A Corte britânica e tribunais europeus e dos EUA estão se considerando competentes para julgar desastres ecológicos em outros países

Mineradoras querem distância do garimpo

"Nós não temos absolutamente nada a ver com o garimpo ilegal e somos radicais nesse sentido. Garimpo ilegal é caso de polícia, é caso de cadeia, quero frisar isso com muita clareza", disse o ex-ministro Raul Jungmann, diretor presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), durante o seminário *Segurança Jurídica e Competitividade da Mineração Brasileira*, promovido pelo *Correio Braziliense*, ontem, em parceria com a entidade.

O presidente do *Correio Braziliense*, Guilherme Machado, ressaltou a importância do evento para discutir o futuro do setor minerador no Brasil: "Só no primeiro semestre (deste ano), o setor de mineração representou 41% dos dados da balança comercial brasileira com faturamento de mais de R\$ 120 bilhões", apontou.

"Mineração responsável, com função econômica, é absolutamente antípoda do que é o garimpo ilegal", disse Jungmann, que destacou as medidas práticas adotadas pelo setor junto a Receita Federal para a nota fiscal eletrônica, que visa coibir o ouro ilegal. O Ibram pediu ao Banco Central e à Comissão de

Valores Mobiliários (CVM) a fiscalização das DTVMs, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas responsáveis pela intermediação de ativos. "Elas são exatamente a lavanderia do ouro ilegal", afirmou.

O ex-ministro da Reforma Agrária, da Defesa e da Segurança Pública disse que as mineradoras querem distância do garimpo ilegal após o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), destacar a gravidade da exploração ilegal de ouro em terras indígenas. As mineradoras, segundo Jungmann, são contra a presunção de boa-fé no comércio de ouro, regra que permitia que a legalidade do ouro adquirido fosse presumida com base nas informações fornecidas pelos vendedores. A regra foi suspensa pelo STF em abril de 2023, após duas ações diretas de inconstitucionalidade.

Gilmar havia destacado a tendência mundial de os países estabelecerem normas de longo prazo para a exploração mineral, porque essas atividades impactam diretamente a vida dos moradores e indígenas em locais de exploração. O magistrado disse que a atuação das mineradoras tem potencial de

causar danos sérios ao meio ambiente e impactar a vida dos moradores e povos tradicionais nas áreas de exploração.

A Vale e a Samarco, ainda hoje, respondem a processos por causa das tragédias de Brumadinho e Mariana, em Minas Gerais. Este é o "xis" da questão: a atividade mineradora, para transitar da economia do carbono para a economia limpa, precisa ter uma forte política de redução de danos, prevenção de desastres ecológicos e compensação ambiental. A sua segurança jurídica agora tem esse paradigma.

Transição energética

Para Ana Sanches, presidente do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), as tecnologias verdes são indispensáveis para combater os efeitos das mudanças climáticas. "Investindo na agenda de energia limpa, nós podemos nos consolidar como um dos maiores fornecedores globais de minerais críticos e estratégicos", disse. O Brasil tem um subsolo abundante em minerais essenciais para a transição energética: minério de ferro de alta

qualidade, níquel, nióbio, lítio, grafite, terras raras, fundamentais para a fabricação de baterias, bobinas eólicas e novas tecnologias verdes.

Também participaram do evento o procurador-geral da República, Paulo Gonet Branco; o secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Márcio Elias Rosa; o diretor de Relações Institucionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Roberto Muniz; e o embaixador Rubens Barbosa.

Gonet destacou que não se pode fazer nenhuma análise da mineração sem segurança jurídica. Esse tema foi muito abordado pelo ex-presidente do STF Nelson Jobim e pelo embaixador Barbosa.

Jobim criticou a atuação do STF: "Nós não temos segurança jurídica na medida em que se atribui ao Poder Judiciário a possibilidade de dar soluções de conveniência do problema em vez de soluções na sentença em relação à aplicação da lei".

Entretanto, atribuiu a "extrapolação" à judicialização da política. Para Rubem Barbosa, ex-embaixador do Brasil em Londres e em Washington, o

gerenciamento de risco das empresas de mineração é imperativo. A Corte de Justiça britânica, os tribunais europeus e dos Estados Unidos estão se considerando competentes para julgar desastres ecológicos em terceiros países.

Muniz atribuiu à insegurança jurídica um dos problemas que contribuíram para a desindustrialização do país, "que fez o Brasil e vários países perderem espaço para a China nas últimas décadas". A propósito, Elias Rosa disse que o cenário atual exige mais do que a modernização — demanda um novo modelo de indústria: "O ambiente regulatório de negócios no Brasil não favorece nem a segurança jurídica, nem a competitividade".

A mineração ocupa, hoje, cerca de 2,2 milhões de pessoas, de forma direta ou indireta, e representa 4% do PIB (Produto Interno Bruto) nacional, segundo dados de 2023. Seu faturamento chega a R\$ 248 bilhões, sendo US\$ 43 bilhões em exportações, que representam 32% do saldo positivo da balança comercial. Gera R\$ 80 bilhões em impostos e quase R\$ 7 bilhões em royalties.

Leia mais nas páginas 5, 6 e 7